

José Eduardo Franco • Luís Machado de Abreu  
COORDENAÇÃO

PARA A  
**HISTÓRIA  
DAS ORDENS**

E CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS  
EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

Volume II



**TÍTULO**

Para a História das Ordens e Congregações Religiosas  
em Portugal, na Europa e no Mundo - Volume II

**COORDENAÇÃO CIENTÍFICA**

José Eduardo Franco  
Luís Machado de Abreu

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA**

Cristiana Lucas da Silva

**REVISÃO**

Aida Lemos  
Mariana Gomes da Costa  
Rui A. Costa Oliveira

**TRADUÇÃO**

António Castro Henriques  
Joana Jacinto

**EDIÇÃO**

© 2014 Paulinas Editora  
Rua Francisco Salgado Zenha, 11  
2685-332 Prior Velho  
Tel. geral (+351) 219 405 640  
editora@paulinas.pt  
www.paulinas.pt

**DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO**

Linha de Letras

**IMPRESSÃO**

Artipol - Artes Tipográficas L.da  
Águeda

**TIRAGEM**

1000 exemplares

**DEPÓSITO LEGAL**

369 306/14

**ISBN**

978-989-673-334-6

## **RATIO STUDIORUM DA COMPANHIA DE JESUS: UM NOVO ESTILO INTERNACIONAL DE EDUCAR**

Em plena Reforma Católica da Europa, uma das marcas distintivas da acção da Companhia de Jesus consistiu em promover a instrução escolar formal, a par com a educação religiosa.

O ministério escolar não estava, porém, no horizonte de Santo Inácio de Loyola e dos seus companheiros universitários de Paris. O grupo, composto aliás de académicos graduados, desejava antes peregrinar à Terra Santa e servir a Deus por meio da pregação itinerante e do ensino do catecismo às crianças.

Breve, porém, as vicissitudes da Reforma impuseram aos fundadores uma opção que modificaria o seu originário “modo de proceder”. De facto, não tardou muito para que os Jesuítas descobrissem o interesse e a necessidade de formar os seus próprios membros, enquanto a procura crescente de escolarização levava as cidades a pedir aos padres a criação de escolas públicas.

Aquela que é por muitos considerada a primeira Ordem Religiosa da Igreja Católica dedicada ao ensino, e que fez da fundação e conservação de colégios um dos seus ministérios formais, não tinha desde a primeira hora inteira clareza sobre a sua missão apostólica. Atenta, porém, aos sinais dos tempos, descobriu por si própria os benefícios de uma instrução programada e não hesitou em inscrevê-los na letra das suas *Constituições*. Efectivamente, é esse o sentido da “Quarta Parte” das *Constituições da Companhia de Jesus*, toda ela dedicada à “instrução nas letras”, como “meio de ajudar o próximo”:

[307] 1. O fim que a Companhia tem directamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim último para o qual foram criadas [...] Para isto a Companhia funda colégios e também algumas Universidades, onde os que [...] foram recebidos [...] se possam instruir [...].<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, as *Constituições* estabelecem que levar “os homens ao fim último para o qual foram criados” requer não só exemplaridade de vida como doutrina, conhecimento e instrução.

Como, todavia, a natureza não oferece por si só “homens bons e instruídos”, forçoso é admitir os homens sem instrução, desde que se admitam também os colégios e universidades para os instruir. Segundo as *Constituições*, portanto, levar ao conhecimento e serviço do Criador por meio dos “graus de instrução” foi o motivo que conduziu o governo central da Companhia a “tomar outro caminho”, diferente do inicial, e a aceitar escolas e universidades.

<sup>1</sup> Cúria Geral da Companhia de Jesus, *Constituições da Companhia de Jesus. Normas Complementares*, Lisboa, Livraria A. I. - Braga, 1997, pp. 93-94.

Se tivermos em conta que a primeira edição das *Constituições* é de 1559, podemos observar que, ao longo de cerca de duas décadas, com todas as suas mudanças históricas, culturais e sociais, a Companhia de Jesus foi intuindo o alcance pedagógico do ensino escolar formal, como lugar de uma educação sistemática para um mesmo objectivo: formar homens virtuosos e sábios (*probos, simul doctos uiros*), antecipando assim o princípio que a *Ratio* exprimiria pelo binómio *virtus et litterae*.<sup>2</sup>

Após uma primeira fase de experimentação, os Jesuítas começaram a longa elaboração (de mais de meio século) que conduziu à edição definitiva da *Ratio Studiorum* (1599). O resultado final foi de uma eficácia operativa nunca antes conhecida.

É certo que nem tudo era inovação. É certo que durante a sua experiência universitária em Paris, tinham os primeiros Jesuítas convivido com as práticas do *modus parisiensis* que configuravam a organização didáctica da *Ratio*. Do programa escolar dos humanistas italianos, tinham os mestres colhido a opção pelo saber humanístico, com a centralidade dos estudos de humanidades e retórica. Nem sequer o nome do documento era inteiramente novo. Retomava o nome dado pelos Agostinianos, na Idade Média, a um documento congénere, também ele orientado para a actividade educativa da Ordem.

Os autores da *Ratio* não criavam o novo documento a partir do nada. Reuniam de forma sistemática e coerente o que de melhor e mais eficaz conheciam, na sua época: um sistema de regras práticas que garantia a qualidade do ensino (no caso de professores de talentos mais modestos) e deixava aos restantes a margem de liberdade necessária para um desempenho pessoal mais livre.

Não sendo o objectivo deste trabalho investigar a origem das várias opções didácticas da *Ratio*, limitar-me-ei a identificar algumas das características que constituíram a marca distintiva da actividade dos Colégios e que contribuíram para o seu êxito e para a longevidade da sua proposta educativa.

## 1. Universo escolar

Sobre a “finalidade dos estudos na Companhia” lê-se, na primeira das Regras para o Provincial: “todos [mover] ao conhecimento e amor de nosso Criador e Redentor” (I. 1)<sup>3</sup>. Este é o objectivo repetidamente enunciado ao longo da *Ratio*: “conhecer e amar o Criador.”

O ensino dos religiosos era naturalmente gratuito. Em muitas cidades da Europa, tão oportuna oferta não tinha qualquer precedente. A instrução escolar continuava a ser privilégio de uma elite muito restrita, e os *studia humanitatis*, confinados a grupos de eruditos, príncipes e cortesãos, famílias de uma certa condição social, ou homens da Igreja.

<sup>2</sup> *Constitutiones Societatis Iesu cum earum declarationibus*, Pars IIII, Romae, in *Collegio eiusdem societatis*, 1583, pp. 113-114 (Google eBook).

<sup>3</sup> *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus – Regime escolar e Curriculum de estudos* (edição bilingue latim-português. Versão portuguesa de Margarida Miranda. Lisboa, Esfera do Caos, 2009 (doravante *Ratio*).

Por outro lado, a gratuidade do ensino abria as portas dos colégios a todas as classes sociais: não apenas aos que viriam a ser futuros clérigos, mas também aos leigos, desejosos de progredir no saber humanístico, uns por amor ao saber, outros por amor ao poder.

Cada colégio, por sua vez, integrava uma ampla rede escolar, sujeita a uma só cabeça. Um governo central, dotado de uma hierarquia bem definida, repartia a autoridade por diversos níveis, que iam desde o provincial ao mestre de cada classe, passando pelo reitor e os prefeitos de estudos. Todos os colégios, na Europa e além-mar, gozavam do mesmo plano de estudos, auxiliado por determinados manuais e textos de estudo, que alcançavam difusão universal; gozavam de uma circulação efectiva de informações (surpreendente, se tivermos em conta as dificuldades de comunicação da época) e de uma enorme mobilidade de recursos humanos (um bom mestre de retórica tanto podia ensinar em Coimbra como em Viena, em Roma ou em Paris). Com o envio de Comissários para estabelecer *a ordem e o método nas escolas*, com a elaboração de sucessivos documentos normativos para assegurar mais elevados níveis de qualidade e com a devida atenção à necessidade de adequação aos tempos e aos lugares, que a *Ratio* teve sempre o cuidado de preservar, ganhava forma o primeiro sistema escolar internacional. O resultado desse sistema foi a criação de um quadro de ensino de natureza internacional, que havia de educar várias gerações de cidadãos, e que esteve na origem da escola pública moderna.

## 2. Um *Curriculum* interdisciplinar

Destinado a formar clérigos e leigos (e não apenas os novos jesuítas), o programa escolar eleito era um programa interdisciplinar. Aliava o tradicional ensino de Aristóteles e da teologia tomista ao saber humanístico das mais modernas tendências europeias. O *curriculum* de estudos previsto pela *Ratio* não desprezava as letras humanas e as artes liberais (isto é, próprias do homem livre). Erguia-as à qualidade de estudos superiores, na classe de Retórica, e impunha-as como condição de acesso ao estudo das Artes, da Filosofia e da Teologia, tornando-as assim veículo da sua própria renovação.

Com as letras humanas, por outro lado, vinha todo o património literário e filosófico greco-romano e, com este, o ideal da eloquência e do domínio da palavra. A formação humanística percorria não apenas a Filosofia e a Teologia, mas também as Línguas, a Literatura, a Retórica, a História, o Teatro.

Deixo de parte considerações mais longas sobre o carácter interdisciplinar e integrador do plano de estudos da *Ratio*, que é assunto que tratei já em outras ocasiões<sup>4</sup>, para resumir apenas alguns tópicos.

Em primeiro lugar, saber humanístico e interdisciplinar não omitia o estudo de matérias científicas, como a Biologia, a Física, a Astronomia, a Geografia, a Meteorologia, a Matemática.

<sup>4</sup> Margarida Miranda, "Ratio Studiorum: uma nova hierarquia de saberes", in *Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesu, op. cit.* pp. 17-36; "Sequendus Aristoteles. Da Ciência e da Natureza na Ratio Studiorum (1599)", *Humanitas*, LXI, 2009, pp. 179-190.

Em segundo lugar, quando essa interdisciplinaridade e unidade de saber contradiz a actual tendência para a fragmentação dos saberes é o preço que tivemos de pagar pela especialização científica de que somos herdeiros.

Em terceiro lugar, a leitura dos clássicos pagãos trazia a este modelo de educação o primado da palavra (a palavra falada e a palavra escrita) – a arma mais prestigiante ao serviço dos objectivos comuns de oradores leigos e de pregadores eclesiásticos.

### 3. *Litterae et virtus* : letras humanas e formação do carácter

Se, na era da imagem em que vivemos, o primado da palavra é um dos aspectos que mais nos separa deste modelo de educação, não menos nos separa a clara eleição de valores éticos. Ao contrário dos modelos educacionais pretensamente “neutros”, advogados pela ideologia laicista, a *Ratio* esclarece desde logo os seus mestres sobre os objectivos da sua proposta educativa: *litterae et virtus*. “[Educar] os moços [...] de forma que eles possam ir aprendendo, juntamente com as letras, também os costumes próprios do bom cristão” (XV. 1).

O capítulo XXIV, das Regras para os alunos externos, afirma-o de modo ainda mais assertivo, na regra n.º 1: *Doctrina pietati iungenda* (piedade unida ao saber): “Aqueles que frequentam os colégios da Companhia de Jesus [...] saibam que [...] cuidaremos tanto da sua formação nas artes liberais<sup>5</sup> como na piedade e nas restantes virtudes.”

O programa da *Ratio* mostra ser um programa com claros valores éticos e religiosos, de acordo, aliás, com o consenso do seu tempo. As letras humanas não podiam alhear-se da formação do carácter; a formação do carácter, por sua vez, tinha as marcas indeléveis dos costumes cristãos daquela cristandade que fizera a Europa.

### 4. Cooperação com a cultura contemporânea.

Desta atmosfera intelectual podemos dizer que resulta um certo sentido de cooperação com a cultura contemporânea. Se o ensino da *Ratio* se destinava a clérigos e leigos, se o seu *curriculum* sustentava a compatibilidade das matérias tradicionais da escolástica com as matérias do saber humanístico, não era porque de algum modo visse nos textos pagãos uma concessão inócua à sociedade do seu tempo, mas antes um saber potenciador da formação dos novos oradores. Nem o estudo de Aristóteles e de São Tomás era incompatível com o conhecimento profundo de Marcial e de Cícero, de Terêncio, Virgílio e Horácio, nem o estudo da Vulgata era incompatível com o conhecimento do Hebraico para a leitura das Sagradas Escrituras no original. Pelo contrário, eram inúmeros os benefícios dos textos pagãos para o conhecimento do Criador. Por isso, os mestres em breve começaram a produzir as suas próprias publicações, fruto da sua actividade docente. E os primeiros livros publicados pelos religiosos que outrora haviam desejado ser peregrinos ao serviço da catequese eram agora livros sobre gramática e

<sup>5</sup> *Ratio*, p. 246. Sobre a propriedade da expressão “artes liberais”, vide *Ratio*, nota III. 1, p. 90.

retórica e sobre textos clássicos dos pagãos. Às bibliotecas dos colégios acrescentam-se então oficinas de imprensa e depois laboratórios, museus, observatórios astronómicos, teatros e salas de espectáculo, onde se representam espectáculos dramáticos, musicais e bailados que atraem toda a sociedade.

Os colégios eram não apenas lugares de ensino mas instituições que ultrapassavam a esfera eclesiástica e alcançavam grande importância cívica.

### **5. Traços do *modus parisiensis*: ordem e exercício**

Do primado da palavra decorria uma pedagogia muito própria, que se exprimia num conjunto de práticas codificadas pela *Ratio*. Se muitas delas tinham a sua origem no *modus parisiensis* e até nas escolas jeronimitas dos Irmãos da Vida Comum, a originalidade estava na sua aplicação sistemática e coerente. Práticas para nós tão óbvias como a divisão em classes (cada uma com o seu mestre, de acordo com níveis de aprendizagem), a observância do princípio da ordem na progressão entre classes, de acordo com objectivos muito claros, um sistema eficaz de emulação (entre classes, entre pequenos grupos dentro da mesma classe e entre pares de alunos) ou a ordenação das matérias por graus de dificuldade eram estratégias que só agora passavam à escrita e se convertiam em cânone.

Do *modus parisiensis* vinha também o sentido da apropriação pessoal e activa dos conteúdos e competências, ou seja, da importância do exercício. Por isso, a *Ratio* não legislava só sobre a *praelectio* do professor, mas também sobre uma extraordinária variedade de actividades práticas com que os estudantes assimilavam, de modo pessoal, aquilo que fora objecto da *praelectio*. O que mais se salienta nessas práticas é a ausência de quaisquer preconceitos contra a memória ou contra a repetição; pelo contrário, há a noção clara de que aprendizagem é um processo pessoal que envolve mais do que o simples intelecto. Após a lição magistral do professor (*praelectio*), os exercícios consistiam em repetições orais, composições escritas, declamações, debates, disputas de perguntas e respostas, concursos de poesia e prosa, exposição pública de poesias e até representações teatrais – ora com a simplicidade de meios da sala de aula, ora com a solenidade dos actos públicos.

Nem no lazer, a *Ratio* perdia uma oportunidade de exercitar o estudante. Para isso criava as Academias – uma espécie de *clubes*, em que a actividade escolar e a produção literária eram estimuladas entre os melhores alunos, como forma de recreio. Além disso, a língua de conversação, para professores e alunos, era o latim. Da língua latina dependia o acesso às fontes do saber e ainda a dimensão internacional da própria escola.

### **6. A escola como instituição**

A rápida expansão, à escala global, da actividade escolar da Companhia ditou a necessidade de um adequado sistema de governo. Passo a passo, foram sendo colocados os fundamentos da moderna instituição escolar e foi crescendo o edifício escolar que hoje conhecemos. Desses

passos salientam-se algumas práticas que me parecem caracteristicamente fundacionais ou, pelo menos, indiciam a preocupação constante por assegurar a continuidade histórica da instituição e preservar a sua identidade original.

Um exemplo é o sistema de formalidades que encontramos no momento de admissão e matrícula dos novos alunos. Cabia ao prefeito de estudos assentar, “num livro próprio, o registo do [...] nome [...] e apelido [do novo aluno admitido], da sua pátria, do nome dos seus pais ou de quem os substituísse [...].” Recomendava-se ainda que o prefeito tomasse nota do dia e do ano em que cada um fora admitido e que, por fim, colocasse cada um na classe e com o professor que mais lhe conviesse (XII. 10 e 11).

O mesmo cuidado se verifica em relação ao final e ao início de novos períodos escolares. “A promoção geral e solene [entre graus sucessivos] far-se-á uma vez por ano, depois das férias anuais” (XII. 13). Os semestres e os anos correspondem agora a um percurso académico pré-determinado e não a um conjunto aleatório de matérias e de cursos.

Também no que respeita à avaliação, a *Ratio* procura fundar práticas específicas. Da sua linguagem transparece a busca de rigor e até um certo sentido de vanguarda na criação de instrumentos de precisão para a difícil tarefa de avaliar. O n.º 38 do cap. XV determinava que o professor tinha o dever de entregar ao prefeito um registo dos alunos (*Catalogum Discipulorum*) por ordem alfabética. Durante o ano, devia revê-lo e actualizá-lo, com particular cuidado quando se aproximasse o exame geral. O *Catalogum Discipulorum* não era, portanto, uma simples lista de nomes, mas antes uma informação detalhada sobre o aproveitamento de cada aluno, em que o professor devia distinguir o maior número possível de graus de distinção, a saber: *optimos [discipulos], bonos, mediocres, dubios, retinendos, reiiciendos*, isto é, ótimos alunos, bons alunos, alunos medianos, alunos duvidosos, alunos a manter e, por último, casos perdidos – porque as taxas de sucesso escolar ainda não eram um imperativo categórico. Estas classificações exprimiam-se pelos números 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e traduziam os diversos graus de aproveitamento escolar, a fim de permitirem ao sistema desenvolver um ensino deliberadamente diferenciado, de acordo com as necessidades individuais.

Disciplina é outro dos aspectos em que temos de reconhecer a modernidade da *Ratio*. Raramente a *Ratio* faz doutrina sobre teorias pedagógicas, mas abrem-se, nesta matéria, algumas excepções, como a regra 39 do cap. XV: “É mais fácil obter [resultados] com a esperança numa honra ou numa recompensa (e com o receio da desonra) do que por meio dos castigos corporais.”

Esta máxima fundamenta práticas como a atribuição solene de prémios durante os Actos Públicos, a afixação pública de poesias e ainda um curioso sistema de atribuição de honrarias dentro de cada classe, designadamente a eleição de magistraturas honoríficas cujos papéis se renovavam de dois em dois meses (XV. 35).<sup>6</sup>

<sup>6</sup> As magistraturas eram simples títulos honoríficos, tirados dos cargos militares gregos e romanos, que estabeleciam competições entre equipas e entre pares de adversários dentro da classe, como em qualquer desporto colectivo.



A mesma doutrina sobre prémios e recompensas tinha a sua contrapartida no pensamento sobre os castigos (XV. 40):

Não seja o professor demasiado propenso a castigar os seus alunos, nem demasiado solícito a buscar-lhes as faltas. Mais vale fechar os olhos, se o puder fazer sem prejuízo de ninguém. Não castigue ninguém fisicamente com as suas próprias mãos (pois essa é a função do executor) e abstenha-se em absoluto de lhes fazer qualquer ofensa, por palavras ou por obras. Não chame ninguém a não ser pelo seu nome ou apelido.

Castigos corporais, por vezes de manifesta severidade, eram uma prática corrente em todas as instituições escolares, mas os Jesuítas estavam formalmente proibidos de castigar os seus próprios alunos.

Por fim, a instituição da escola não deixava ao acaso a organização do tempo dos seus membros. Na convicção de que o descanso é tão necessário como o trabalho (I. 36), a *Ratio* prescreve os dias de aulas e os dias de descanso semanal, os tempos lectivos e os tempos de recreio (I. 37.2, 10 e 11; II. 19); o trabalho colectivo e o trabalho individual (III. 27); as pausas, as férias e os feriados, diversos segundo a diversidade de lugares, de tempos e de pessoas (I. 35 e 39). Chega mesmo a estabelecer o salutar princípio de que “ninguém se aplique ao trabalho por mais de duas horas seguidas, sem interromper o estudo por um pequeno intervalo de tempo” (XXI. 10 e 11).

Se atendermos a que a *Ratio* presidiu durante cerca de dois séculos à actividade escolar dos colégios e inspirou depois a actividade de outras Ordens Religiosas que também se dedicaram ao ensino, podemos afirmar que assim eram lançados os alicerces das modernas práticas escolares que deram corpo à institucionalização dos estudos humanísticos, à escala europeia e à escala global.

## 7. O ensino sobre o ensino

Para terminar estes apontamentos, uma palavra sobre os professores. Já vimos como o seu estatuto era protegido pela proibição de infligirem castigos corporais aos estudantes ou mesmo de os ofenderem por qualquer acto ou palavra (XV. 40). Mas a *Ratio* vai mais longe e procura acima de tudo acautelar a qualidade dos seus docentes, não só em matérias de Artes e Teologia, mas sobretudo de Humanidades: “para as letras”, escreve, “sejam preparados professores de excelência” (I. 22). Cabia, pois, a cada provincial assegurar um certo número de mestres que sobressaíssem “em matéria de letras e de eloquência”, a fim de perpetuar “uma espécie de viveiro para gerações sucessivas de bons professores” (*Ibidem*), isto é, a fim de criarem *escola*.

Ora, as exigências de formação dos professores estendiam-se também à preparação para a própria docência.

Para que os professores [...] não comecem a ensinar sem qualquer tipo de preparação para a docência, o reitor do colégio de onde habitualmente saem os professores de humanidades e gramática designará um professor que seja especialmente competente no ensino. Os que estiverem para ser professores reunirão com ele, três vezes por semana, durante uma hora, no fim dos seus próprios estudos, para se prepararem para o novo ofício que vão receber, exercitando-se, cada um por sua vez, em fazer prelecções e ditados, em escrever, fazer correcções e desempenhar outras funções próprias do bom professor. [II. 9]

Assim nascia aquilo a que a *Ratio* chamava uma Academia para a formação de professores. Pela primeira vez na história da educação, nascia um organismo destinado a responder à necessidade reconhecida de preparar os professores para a sua actividade. O magistério era agora precedido por um período de exercício do ensino, no seio de uma Academia privada, como consagra a regra n.º 30 do Provincial (I. 30).

A principal obrigação do reitor era, no entanto, “manter o entusiasmo dos professores: O reitor terá o cuidado de estimular o entusiasmo dos professores, com diligência e com religiosa afeição [...]” (II. 20). Supérfluo seria sublinhar a extrema actualidade desta máxima.

### Conclusões

À luz desta descrição necessariamente selectiva, penso que é legítimo avançar, por fim, algumas conclusões e outras tantas interrogações sobre a actualidade deste estilo de educar.

O ensino preconizado pela *Ratio* era um ensino não utilitário, não profissionalizante, nem especializado. Que ilações poderemos nós colher desse passado remoto e obsoleto, que chegou ao séc. XXI num documento escrito, para mais, em língua latina?

Ao contrário de muitas ‘escolas’ actuais, que se fundamentam no início mais precoce possível da especialização, a *Ratio Studiorum* sugere que, quanto mais elevado for o nível em que tem início a especialização, mais efectiva ela será. O seu objectivo é simplesmente treinar faculdades pessoais ligadas ao intelecto, à imaginação, à memória, ao desejo e à vontade, portanto, ao desenvolvimento integral da pessoa. Só então se consideram lançados os fundamentos para uma verdadeira formação profissional e especializada.

Para esse treino intelectual, um dos meios mais importantes que os Jesuítas elegeram foi o estudo dos clássicos, como meio de produção e de consumo de cultura. Sem desprezar o ensino científico, o *curriculum* clássico era eleito porque, uma vez testado, provava ser o sistema mais apto para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e para o acesso ao património espiritual que constituía quer a cultura geral quer os estudos superiores.

Do ponto de vista prático, o modelo da *Ratio Studiorum*, se bem que distante da actual realidade, encerra afinal os arquétipos que configuraram a escola moderna, antes mesmo da criação do léxico que haveria de consagrar as suas práticas, como a elaboração de turmas, de

pautas e de horários, os instrumentos de precisão na avaliação ou o sistema de classificações e o constante exercício individual.

Não menos actualidade se encerra no que toca aos princípios orientadores: educação para a excelência; integração dos saberes; educação que não descure o primado da palavra como expressão das faculdades intelectuais; que fomente a aliança entre as humanidades e as ciências como saberes complementares e possa superar a actual tendência para a fragmentação do saber; educação humanística, que respeite o lugar do legado clássico na nossa identidade e o primado da dignidade da pessoa humana; formação humana integral (formação intelectual e interdisciplinar, formação humanística e científica mas também artística e espiritual); e finalmente, clareza de valores éticos, já que a educação integral não pode abdicar da educação do indivíduo para a liberdade e responsabilidade, para a cooperação cívica, para os valores da justiça e do serviço, e para a consciência social local e universal.

Se é esse o legado de que a Europa diz ser tributária, não será esse o património que a escola europeia há-de legar aos seus cidadãos?

Margarida Miranda\*

---

\* Universidade de Coimbra.